



Faculdade do Vale do Rio Arinos

FACULDADE DO VALE RIO ARINOS - AJES
PROJETO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL
2014



SUMÁRIO DO PROJETO

1	INTRODUÇÃO	7
2	MEMBROS DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO	8
2.1	PERÍODO DE MANDATO DA CPA	8
3	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	8
3.1	OS OBJETIVOS DA AUTOAVALIAÇÃO.....	8
3.2	MECANISMOS DE INTEGRAÇÃO DA AVALIAÇÃO	9
3.3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	11
3.3.1	DESCRIÇÃO	12
3.4	PROCEDIMENTOS E AÇÕES CONSEQUENTES PREVISTAS TENDO EM VISTA OS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO.....	13
3.5	ETAPAS DO PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO.....	13
3.5.1	ETAPA 1 - SENSIBILIZAÇÃO, PREPARAÇÃO E DIVULGAÇÃO	14
3.6	ETAPA 2 - DESENVOLVIMENTO	14
3.7	ETAPA 3 - AUTOAVALIAÇÃO.....	15
3.7.1	O CICLO AVALIATIVO	15
3.8	ETAPA 4 - CONSOLIDAÇÃO DO RELATÓRIO GLOBAL DE AUTOAVALIAÇÃO	16
3.9	ETAPA 5 - PROPOSIÇÕES E MEDIDAS PARA CORREÇÃO DE RUMOS DA INSTITUIÇÃO.....	16
4	EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES PERANTE AS 10 (DEZ) DIMENSÕES DO SINAES.....	17
4.1	DIMENSÕES.....	17
4.1.1	MISSÃO E O PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI).....	18
4.1.2	POLÍTICA PARA ENSINO, PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO, A EXTENSÃO E AS RESPECTIVAS FORMAS DE OPERACIONALIZAÇÃO, INCLUÍDOS OS PROCEDIMENTOS PARA ESTÍMULO À PRODUÇÃO ACADÊMICA, ÀS BOLSAS DE PESQUISA, DE MONITORIA E DEMAIS MODALIDADES.	18
4.1.3	RESPONSABILIDADE SOCIAL DA INSTITUIÇÃO	19



Faculdade do Vale do Rio Arinos

4.1.4	COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE	20
4.1.5	POLÍTICAS DE PESSOAL, AS CARREIRAS DO CORPO DOCENTE E DO CORPO TÉCNICO- ADMINISTRATIVO, SEU APERFEIÇOAMENTO, DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E SUAS CONDIÇÕES DE TRABALHO.....	20
4.1.6	ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA INSTITUIÇÃO, ESPECIALMENTE O FUNCIONAMENTO E A REPRESENTATIVIDADE DOS COLEGIADOS, SUA INDEPENDÊNCIA E AUTONOMIA NA RELAÇÃO COM A MANTENEDORA E A PARTICIPAÇÃO DOS SEGMENTOS DA COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA NOS PROCESSOS DECISÓRIOS	21
4.1.7	INFRAESTRUTURA FÍSICA, ESPECIALMENTE A DE ENSINO E DE PESQUISA, BIBLIOTECA, RECURSOS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	22
4.1.8	PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO, ESPECIALMENTE OS PROCESSOS, RESULTADOS E EFICÁCIA DA AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	22
4.1.9	POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES	23
4.1.10	SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA, TENDO EM VISTA O SIGNIFICADO SOCIAL DA CONTINUIDADE DOS COMPROMISSOS NA OFERTA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	24
5	POLÍTICA DE UTILIZAÇÃO DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO	25
6	A RELAÇÃO COM PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL.....	25
6.1	POLÍTICA DE ENSINO	25
6.2	PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO	26
7	DESCRIÇÃO DOS INSTRUMENTOS UTILIZADOS.....	28
7.1	PESQUISA SOCIOCULTURAL	28
7.2	PESQUISA DO EGRESSO.....	29
7.3	PESQUISA DISCENTE PELO DOCENTE	29
7.4	PESQUISA DOCENTE PELO DISCENTE	30
7.5	PESQUISA SOBRE O COORDENADOR DE CURSO.....	31
7.6	PESQUISA SOBRE A ESTRUTURA FÍSICA	32
7.7	PESQUISA SOBRE A ESTRUTURA PEDAGÓGICA.....	32
7.8	PESQUISA SOBRE COLABORADORES.....	33
7.9	PESQUISA SOBRE A ESTRUTURA DOS CURSOS	34



Faculdade do Vale do Rio Arinos

7.10	PESQUISA SOBRE A BIBLIOTECA.....	34
7.11	PESQUISA SOBRE OS LABORATÓRIOS	35
7.12	AUTOAVALIAÇÃO DOCENTE	36
7.13	PESQUISA DA INSTITUIÇÃO PELO COLABORADOR.....	37
7.14	FÓRUM DE AUTOAVALIAÇÃO.....	38
8	CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES PLANEJADAS A PARTIR DAS 10 DIMENSÕES PARA O PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO	39

1 INTRODUÇÃO

O Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior – SINAES, que visa garantir o processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes, foi instituído a partir do sancionamento da Lei Nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Em consonância com as propostas de reformas da educação superior e dentro desse contexto, elaboramos o Projeto de Auto Avaliação Institucional da Faculdade do Vale do Rio Arinos-AJES

De acordo com a referida Lei, em seu parágrafo primeiro, estabelece que o SINAES tem por finalidade “a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidade sociais das instituições de educação superior”.

Conforme o Artigo 2º, da mesma Lei, compete ao SINAES assegurar:

I – avaliação institucional, interna e externa, contemplando a análise global e integrada das dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais das instituições da educação superior e seus cursos;

II – o caráter público de todos os procedimentos, dados e resultados dos processos avaliativos;

III – o respeito à identidade e à diversidade de instituições e de cursos;

IV – a participação dos segmentos discente, docente e técnico-administrativo das instituições de educação superior e da sociedade civil por meio de suas representações.”

Neste caso, a avaliação das instituições de educação superior deve identificar o seu perfil e o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando a missão e o plano de desenvolvimento institucional; a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação e a extensão; a responsabilidade social da Instituição; a comunicação com a sociedade; as políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e técnico-administrativo; a organização e gestão da Instituição; a infraestrutura física; planejamento e avaliação; políticas de atendimento a estudantes e egressos e, igualmente, a sustentabilidade financeira. De acordo com a lei, para otimizar a avaliação institucional, foram instituídas, no âmbito do Ministério da Educação e vinculada ao Gabinete do Ministro de Estado, a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES, e, no âmbito de cada Instituição de ensino superior, pública ou privada, a Comissão Própria de Avaliação - CPA.

As Comissões Próprias de Avaliação (CPAs), previstas no Art. 11 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, e regulamentadas pela Portaria Ministerial nº 2.051, de 09 de julho de 2004, foram

constituídas no âmbito de cada Instituição de Educação Superior, com a atribuição de coordenar os processos internos de avaliação da Instituição, de sistematizar e prestar informações solicitadas pelo INEP.

Por meio da CPA, deve se desenvolver uma experiência de avaliação que permita a construção de uma ampla visão da complexidade da Instituição, e servir de base para a melhoria contínua das ações administrativas e acadêmicas.

A avaliação das instituições de educação superior no âmbito do SINAES tem caráter formativo e visa ao aperfeiçoamento da comunidade acadêmica, em especial quando conta com a participação efetiva de tal comunidade e, ainda, constrói uma cultura de avaliação que possibilite uma permanente atitude de tomada de consciência sobre a missão e sua finalidade acadêmica e social.

Para a avaliação das instituições são utilizados procedimentos e instrumentos diversificados, dentre os quais a auto avaliação e a avaliação externa in loco, conforme Portaria MEC nº 2.051, de 09 de julho de 2004. Estes instrumentos devem contemplar a análise global e integrada do conjunto de dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais das Instituições de Ensino Superior.

2 MEMBROS DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

Membro Discente: ainda não existe CPF

*Membro Docente: Nádie Christina Ferreira Machado Spence – CPF: 579.181.550-68

Membro Técnico-Administrativo: Salatiel José Gonçalves Blanco – CPF: 481.312.021-00

Membro da Sociedade Civil: Paulo Roberto Alécio - CPF 878.491.191-34

*Coordenador/Presidente da CPA.

2.1 PERÍODO DE MANDATO DA CPA

O mandato dos membros da CPA será de três anos, sendo permitida a recondução. Não será permitida, em um mesmo ano, a renovação de mais de dois terços dos membros da CPA.

3 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

3.1 OS OBJETIVOS DA AUTOAVALIAÇÃO

A avaliação das instituições de educação superior tem por objetivo identificar o perfil e o significado da atuação destas instituições, pautando-se pelos princípios do respeito à sua identidade e diversidade, bem como pela realização de auto avaliação e de avaliação externa.

Para esta Instituição, este projeto de auto avaliação tem como objetivos:

- Despertar a comunidade acadêmica da Instituição para a relevância da avaliação institucional como instrumento de autoconhecimento e aperfeiçoamento das ações institucionais;
- Promover a participação da comunidade acadêmica no processo de tomada de decisão, visando à consolidação da gestão democrática;
- Criar um banco de dados das atividades complementares de ensino, pesquisa, extensão, gestão e das atividades sociais desenvolvidas pela Instituição;
- Implantar processo contínuo de avaliação em todos os setores, de forma democrática e flexível, com a participação de todos os sujeitos envolvidos;
- Subsidiar as políticas de desenvolvimento de recursos humanos e acadêmicos;
- Propor alternativas para a melhoria do desempenho institucional, baseadas nos resultados detectados no processo de avaliação interna.

3.2 MECANISMOS DE INTEGRAÇÃO DA AVALIAÇÃO

O processo de avaliação institucional surge para atender às exigências da sociedade do conhecimento, marcado pelo surgimento de novas tecnologias aplicadas ao planejamento da gestão institucional.

A avaliação institucional constitui um processo de aferição das ações desenvolvidas por membros internos e externos de uma dada comunidade acadêmica, na busca da correção e do aperfeiçoamento dessas ações e do autoconhecimento institucional, objetivando a promoção da qualidade acadêmica das instituições em todos os seus níveis.

Conscientes da importância da auto avaliação para o crescimento institucional e da necessidade desse processo como prática educativa dentro de qualquer sistema de ensino que necessita da participação de todos os segmentos, as instituições utilizam este instrumento como elemento sinalizador do desempenho que expressa a eficácia social de suas atividades e a eficiência de seu funcionamento para responder ao mercado extremamente competitivo, exigente e interativo.

Nesse sentido, avaliar, de acordo com a concepção de planejamento previamente elaborado, significa detectar as distorções entre o planejado e o que está sendo executado para corrigi-las, adequando a Instituição às demandas da sociedade.

Considerando-se a educação um bem público, ou seja, o maior “patrimônio” de um país, seus benefícios devem atingir toda a sociedade e por isto deve ser avaliada em termos de resultado de suas atividades voltadas para a sociedade, bem como em termos da eficiência de seu funcionamento. É urgente a necessidade de se estabelecer, no sistema educacional, formas criteriosas de avaliação para que se possa responder às demandas da sociedade. Assim, a

avaliação institucional se constitui numa ferramenta valiosa para demonstrar o que é e o que faz a Instituição, permitindo buscar novos caminhos e realizar mudanças internas para alcançar resultados significativos. Assim, a lógica que orienta o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, rompe com a verticalidade hierárquica da estrutura universitária propondo a lógica das interações horizontais e verticais das atividades-fim e atividades-meio das Instituições, através do enfoque das atividades a serem avaliadas em suas especificidades, e sua globalidade, tendo como referência, o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI.

A auto avaliação deverá constituir-se num processo realizado de forma participativa pela comunidade acadêmica (gestores, docentes, discentes e técnicos administrativos) e conduzida pela Comissão Própria de Avaliação. Estes autores devem avaliar as dimensões institucionais definidas na Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004. Na avaliação destas dimensões serão utilizados alguns métodos e técnicas tais como questionários, entrevistas, observações, levantamentos, estudos, reuniões, realização de fóruns entre outros. Os métodos e técnicas terão como foco as dimensões, os recursos, os instrumentos, o processo, os resultados, a cobrança pela melhoria e as deliberações do órgão gestor.

Além destes indicadores é importante trabalhar com categorias intelectuais relativas à qualidade educativa, à eficácia social, à cidadania, à qualidade das relações interpessoais, das hierarquias e estruturas institucionais.

A avaliação externa é realizada por comissões de planejamento e gestão da educação superior designada pelo INEP, segundo diretrizes do CONAES. A comissão analisa as informações e resultados da auto avaliação, as propostas e as práticas desenvolvidas.

A relação entre a avaliação interna e externa é a de complementação. Esta coerência é um importante instrumento crítico e organizador das ações da Instituição e do MEC. A integração destas avaliações busca produzir um processo de discussão e reflexão sobre os temas para a manutenção e desenvolvimento da educação superior, seja no âmbito político, pedagógico, científico e, sobretudo, de responsabilidade social.

Em resumo, o processo de avaliação institucional constitui-se numa ação flexível em permanente construção que permite o redimensionamento do Programa de Avaliação Interna participar do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES.

Conclui-se, portanto, que o principal objetivo da Avaliação Institucional é promover a realização autônoma do projeto institucional de modo a garantir a qualidade acadêmica no ensino, na pesquisa, na extensão, na gestão e no cumprimento de sua missão com responsabilidade social.

3.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O Art. 10 da Portaria Ministerial nº 2.051 de 09 de abril de 2004 regulamenta que o processo de auto avaliação será coordenado pela Comissão Própria de Avaliação, que, conforme o Art. 11 da Lei nº 10.861/2004, assumirá a responsabilidade pela “condução dos processos de avaliação internos da Instituição de sistematização e de prestação de informações solicitadas pelo INEP”. A auto avaliação prevê a participação e envolvimento da comunidade acadêmica, com o apoio da alta administração da Instituição e com disponibilização de informações e dados confiáveis.

A coleta, processamento, estudo, a retroalimentação e a manutenção de dados e informações devem ser realizados mediante a utilização de instrumentos combinados, conforme as necessidades, situações específicas, focos e aprofundamento exigidos pela dinâmica da Instituição.

A metodologia utilizada contempla em forma de avaliação interna ou auto avaliação, assim denominada por ser o momento em que a própria comunidade se posiciona a partir das informações coletadas e sistematizadas pela CPA. Desse modo, trata-se de um momento importante para que a comunidade acadêmica reflita sobre o resultado das atividades desenvolvidas, tendo possibilidade de conhecer e analisar criticamente a Instituição em sua totalidade, sugerindo alternativas corretivas, tendo em vista a questão da qualidade acadêmica. O ponto principal das discussões repousa na possibilidade de comparar a missão, os objetivos, as políticas institucionais e seus programas estruturantes com o que vem de fato realizando.

Este programa de auto avaliação deve ser desenvolvido com a participação dos segmentos, docentes, técnico-administrativos, estudantes, dirigentes e representantes da sociedade sob a coordenação da CPA.

Um programa de auto avaliação deste porte inclui, necessariamente, a negociação e a participação dos envolvidos tanto nas decisões relativas aos indicadores previstos quanto ao que diz respeito à definição das medidas decorrentes dos resultados obtidos.

O programa de auto avaliação é coordenado pela Comissão Própria de Avaliação – CPA, considerando os três núcleos: básico e comum; temas optativos; e outro de documentação, dados e indicadores.

A metodologia proposta orientará o processo quanto às decisões, técnicas e métodos, de forma flexível, para, diante de situações concretas, assumir novos formatos, adotar atos mais vinculados às situações em pauta. Além de gerar a participação da comunidade a partir da abertura de espaços para sugestões e avaliações espontâneas para a avaliação interna.

3.3.1 DESCRIÇÃO

Comissão Própria de Avaliação – CPA: Responsável pela condução e coordenação dos processos de auto avaliação, de sistematização e de prestação de informações solicitadas pelo INEP, nos quais são verificadas as dimensões do SINAES, para verificar se estão de acordo com as normas exigidas pelo MEC e também com a missão, a visão e os objetivos da Instituição.

Objetivo:

Desenvolver um constante processo de avaliação institucional de maneira sistemática, envolvendo o ensino, a pesquisa, a extensão, a estruturação organizacional e a gestão administrativa e política da Instituição.

As atividades de planejamento e levantamento das necessidades devem ser processadas segundo alguns padrões de funcionamento:

- Serão promovidas reuniões com a Direção Geral, Direção Acadêmica, Membros da CPA e, em algumas ocasiões, deverão estar presentes Coordenadores de Cursos (ensino), Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação, membros de outros órgãos colegiados e pessoal técnico-administrativo. No entanto, essas reuniões podem ser compostas de acordo com a configuração das necessidades de cada período ou processo de auto avaliação;
- Nas Reuniões a CPA deve informar como se dá a implementação do SINAES – Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior, reforçando este contexto sempre que necessário, a fim de transmitir informações sobre o delineamento dos trabalhos e desenvolver as técnicas de desenvolvimento do processo avaliativo;
- A CPA deve solicitar à direção, às coordenações, aos colegiados e aos setores técnicos-administrativos, informações em relação às ações desenvolvidas nas respectivas unidades, com o propósito de auxiliar na construção das etapas referentes às dimensões institucionais que reflitam a responsabilidade social, política de pessoal, comunicação com a sociedade, política de atendimento ao estudante, sistemática de planejamento e avaliação dos processos, sustentabilidade financeira, dentre outros;
- Cada unidade participativa deverá suprir a CPA de materiais e informações constantemente, a fim de que a dinâmica do processo seja concretizada para definir as ações internas da CPA;
- A CPA deverá solicitar, sempre que necessário, informações a cada setor da Instituição. Após a recepção das contribuições encaminhadas por cada setor, devem ser concretizadas a sistematização dos resultados por meio de análises e discussões e interpretações dos dados gerando relatórios que são encaminhados à Direção Geral;

- Por sua vez as esferas administrativas da Instituição complementam o processo quando a CPA encaminha, baseando-se nas suas diretrizes, a necessidade dos acertos.

3.4 PROCEDIMENTOS E AÇÕES CONSEQUENTES PREVISTAS TENDO EM VISTA OS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO

A conclusão dos trabalhos se dá com a divulgação pública dos resultados e possíveis providências, por meio de reuniões, documentos informativos (impressos e eletrônicos), seminários e com um balanço crítico do processo em preparação para a visita da comissão externa de avaliação que será procedida por uma visita in loco.

Documentos a serem disponibilizados para as Comissões Externas de Avaliação pela CPA:

- Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);
- Diretrizes de Funcionamento da CPA;
- Relatórios parciais e finais do processo de auto avaliação, produzidos segundo orientações gerais disponibilizadas pelo INEP;
- Dados gerais e específicos da Instituição constantes do Censo da Educação Superior e do Cadastro de Instituições de Educação Superior;
- Dados sobre o desempenho dos estudantes no ENADE, disponíveis nos momentos da avaliação;
- Relatórios de avaliação dos cursos de graduação da Instituição, produzidos pelas Comissões Externas de Avaliação de Curso, disponíveis no momento da avaliação;
- Dados do Questionário Socioeconômico dos estudantes, coletados na aplicação do ENADE;
- Relatórios da Comissão de Acompanhamento do Protocolo de Compromisso, quando for o caso;
- Relatório do conceito da CAPES para os cursos de Pós-Graduação da Instituição, quando for o caso;
- Documentos sobre o credenciamento e o último credenciamento da Instituição;
- Outros documentos julgados pertinentes.

3.5 ETAPAS DO PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO

O processo de auto avaliação, objeto deste projeto, será desenvolvido em cinco etapas:

3.5.1 ETAPA 1 - SENSIBILIZAÇÃO, PREPARAÇÃO E DIVULGAÇÃO

O objetivo desta etapa é planejar a auto avaliação, de forma que todo processo seja previamente estudado e descrito com o máximo de detalhes, tendo como fundamento dos trabalhos as diretrizes e orientações gerais para a auto avaliação das Instituições formuladas pelo CONAES e os documentos básicos e oficiais da Instituição, cujo conteúdo contem sua missão, suas finalidades e objetivos.

Para tanto, devem ser realizados atividades paralelas, a fim de promover o processo e envolver a comunidade acadêmica, por meio da implementação de roteiros de reuniões e seminários.

Ações previstas para esta etapa:

- Constituição da Comissão Própria de Avaliação - CPA;
- Capacitação da Comissão Própria de Avaliação – CPA;
- Planejamento das ações pelos membros da CPA e reuniões mensais para acompanhar o desenvolvimento do projeto;
- Planejamento da auto avaliação com a definição de objetivos, estratégias, metodologias, recursos e cronograma;
- Sensibilização da comunidade acadêmica;
- Apresentação do projeto de Auto avaliação da Instituição à comunidade acadêmica através do site/portal da Instituição;
- Reuniões com professores em geral;
- Reuniões com alunos dos cursos de graduação;
- Reuniões com os Coordenadores de cursos de graduação;
- Reuniões com os funcionários técnico-administrativos;

Divulgação:

- No site/portal da Instituição.

3.6 ETAPA 2 - DESENVOLVIMENTO

O objetivo desta etapa é a concretização das atividades que foram programadas na proposta de auto avaliação, articulando todos os autores envolvidos, bem como os recursos a serem disponibilizados, com o intuito de que as ações transcorram com o máximo de envolvimento da comunidade acadêmica.

Ações previstas para esta etapa:

- Levantamento dos documentos oficiais que definem as políticas e prioridades da Instituição;
- Levantamento dos Atos Normativos da Instituição;
- Organização dos dados estatísticos referentes ao último ano, em tabelas e gráficos de forma a visualização do desempenho da Instituição, neste período;
- Estudo dos documentos oficiais identificando valores, concepções e sua coerência com o PDI;
- Avaliação da docência, compreendendo auto avaliação do estudante, auto avaliação do docente, a avaliação do docente pelo discente e das condições de ensino que integra a dimensão ensino-aprendizagem;
- Elaboração de relatórios parciais, tendo a Dimensão Ensino como eixo articulador das demais dimensões já citadas na justificativa;
- Sistematização dos dados quantitativos e da análise dos documentos em um relatório parcial que servirá de base ao processo de auto avaliação a ser desenvolvido através de Seminários, Reuniões e Oficinas de trabalho.

3.7 ETAPA 3 - AUTOAVALIAÇÃO

Nesta etapa deve ser desenvolvida a abordagem quantitativa e qualitativa. Aplicação dos questionários, oficinas e seminários, cujo ponto central é o debate em grupo, para a coleta de percepções, expectativas e desejos da comunidade universitária a respeito do papel e futuro da Instituição. Contempla as percepções dos sujeitos envolvidos com a prática institucional e com representantes da sociedade.

Os sujeitos envolvidos neste processo são: corpo diretor, docentes, alunos, e servidores da Instituição. São convidados representantes de diversos setores da sociedade tais como: jornalistas, empresários, políticos e representantes de categorias profissionais.

Cada participante deve conhecer os indicadores de desempenho da Instituição, o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI e um roteiro que irá orientar as discussões, contendo as dimensões relacionadas no art. 3º da Lei Nº 10.861, de 14 de abril de 2004.

3.7.1 O CICLO AVALIATIVO

Os instrumentos de avaliação são constituídos para a aplicação em toda a comunidade acadêmica, de acordo com as necessidades de informação. Os dados e informações obtidos devem gerar uma grande quantidade desses instrumentos os quais deverão ser adequadamente estudados, compreendidos, aplicados e discutidos com o objetivo de melhoria contínua.

A fim de consolidar o processo avaliativo todos os dados e informações colhidas geram um relatório parcial. O trâmite de tal relatório é a apreciação da Direção Geral, Direção Acadêmica, Coordenações de Cursos, setores Técnicos administrativos para que ao analisarem seus respectivos resultados processem as devidas providências ou deliberações no intuito de que o relatório final contemple a relação de “início, meio e fim”. Isto é: A coleta de dados necessários; Suas análises e suas discussões; Identificação de problemas; Encaminhamento para os órgãos responsáveis; Suas deliberações e a divulgação do ciclo avaliativo denominado de **Procedimentos e Ações Consequentes Previstas Tendo em Vista os Resultados da Avaliação**.

3.8 ETAPA 4 - CONSOLIDAÇÃO DO RELATÓRIO GLOBAL DE AUTOAVALIAÇÃO

Após a adequada integração das informações geradas no processo de avaliação, o objetivo desta etapa é buscar a integração de melhoria da qualidade nas estruturas práticas acadêmicas e administrativas da Instituição.

Ações previstas para esta etapa:

- Organização dos resultados analisados pela comunidade acadêmica;
- Elaboração do relatório Parcial para sua entrega aos setores interessados;
- Descrição do processo de auto avaliação, sua metodologia, procedimentos e quem participou;
- Resultados da auto avaliação, analisando cada dimensão e suas inter-relações, destacando os pontos fortes e os pontos fracos;
- Elaboração dos procedimentos e ações consequentes previstas tendo em vista os resultados da avaliação;
- Planejamento da aplicação dos resultados visando o saneamento das deficiências identificadas.

3.9 ETAPA 5 - PROPOSIÇÕES E MEDIDAS PARA CORREÇÃO DE RUMOS DA INSTITUIÇÃO

Fórum de Avaliação

- Apresentação e discussão com a comunidade acadêmica através de um seminário com a presença da Diretora Geral;
- Aprovação das Proposições de Políticas Institucionais e medidas para aperfeiçoar o Plano de Desenvolvimento Institucional;
- Encaminhamento do relatório dos resultados da auto avaliação da Instituição ao MEC;

- Publicação dos resultados da auto avaliação.

Divulgação dos Resultados

A divulgação dos resultados da auto avaliação deverá contemplar, primeiramente, a praticidade e simplicidade, considerando que inúmeros segmentos terão acesso às informações. Portanto, deverão ser disponibilizadas de forma acessível e compreensível para os destinatários.

Utilização dos Resultados

Os autores do processo avaliativo, a fim de consolidar o processo, deverão deliberar ações de curto, médio e longo prazo.

Este planejamento deve ter o suporte de um conjunto de metas que comporão os objetivos propostos na adequação de suas responsabilidades.

4 EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES PERANTE AS 10 (DEZ) DIMENSÕES DO SINAES

4.1 DIMENSÕES

1. Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);
2. Política para ensino, pesquisa, pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, às bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;
3. Responsabilidade Social da Instituição: considera-se especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, artística e do patrimônio cultural;
4. Comunicação com a Sociedade;
5. Políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;
6. Organização e gestão da Instituição, especialmente o funcionamento e a representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;
7. Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;
8. Planejamento e Avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da auto avaliação Institucional;
9. Políticas de Atendimento aos estudantes;

10. Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

4.1.1 MISSÃO E O PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI)

Objetivos:

A CPA, por meio de seus instrumentos, deve avaliar a efetividade da missão de formar cidadãos e profissionais competentes e comprometidos com o desenvolvimento regional, contemplando sua importância e a inserção das graduações oferecidas, a capacitação dos professores, a atuação dos egressos no mercado, o desenvolvimento da mão de obra e toda assistência na conjuntura social.

Ações:

Todas as ações desenvolvidas nesta dimensão dizem respeito à coerência dos atos administrativos e pedagógicos com os interesses explicitados no PDI. Discute-se a articulação do PDI com as práticas institucionais e para isso a CPA deve manter sua verificação constante junto aos setores responsáveis da Instituição. Os instrumentos de avaliação são discutidos qualitativamente numa análise quanto à estrutura dos cursos e sua concepção pedagógica, desde a estrutura dos projetos pedagógicos até a relação docente/discente para as atribuições do ensino aprendido. A fim de tornar tal avaliação mais completa, todas as ações devem ser explicitadas por meio de estratégias a serem seguidas. Isso tudo, portanto, concebe informações para a manutenção ou desenvolvimento contínuo do Plano de Desenvolvimento Institucional.

4.1.2 POLÍTICA PARA ENSINO, PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO, A EXTENSÃO E AS RESPECTIVAS FORMAS DE OPERACIONALIZAÇÃO, INCLUÍDOS OS PROCEDIMENTOS PARA ESTÍMULO À PRODUÇÃO ACADÊMICA, AS BOLSAS DE PESQUISA, DE MONITORIA E DEMAIS MODALIDADES.

Objetivos:

Mensurar as políticas de formação acadêmico-científica, profissional e cidadã; de construção e disseminação do conhecimento e de articulação interna, que favorece a iniciação científica e profissional de estudantes, os grupos de pesquisa e o desenvolvimento de projetos de extensão.

Ações:

O instrumento utilizado pela CPA, para avaliar tal dimensão, deve procurar perceber, na Instituição, a interação entre a política de ensino utilizada em sala de aula ou laboratórios

(adequação do PPC, didática docente, critérios de avaliação, desempenho do discente, controle acadêmico e registro de atividades) com o questionamento que norteia a principal função do ensino superior (gerador de hipótese e, por conseguinte, pesquisas relacionadas com o desenvolvimento local) que é a pesquisa. Partindo do princípio complementar entre ensino e pesquisa, o instrumento questiona também sua aplicabilidade no meio acadêmico, sua comunicação entre os envolvidos e sua extensão, no intuito de complementar o ensino e a pesquisa, além de dar visibilidade à comunidade na execução de projetos desenvolvidos pelos cursos. O instrumento deve prevê também a análise dos incentivos por parte da Instituição, para tais atividades, sua articulação com as escolas de ensino médio, a execução de um calendário para encontros pedagógicos, a atualização dos conteúdos programáticos das disciplinas, a atualização profissional dos docentes e técnicos-administrativos.

Para os programas de pós-graduação devem ser analisado as políticas institucionais utilizadas no processo de planejamento, criação, expansão e manutenção dos programas. Além da discussão sobre a dedicação à formação de pesquisadores e profissionais a partir da qualidade mínima exigida neste processo.

4.1.3 RESPONSABILIDADE SOCIAL DA INSTITUIÇÃO

Objetivos:

Avaliar a contribuição da Instituição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social da região, ao estímulo e ao empenho na defesa do meio ambiente, na preservação da memória cultural, no incentivo à produção artística e à preservação do patrimônio cultural.

Ações:

A CPA deve ter sua participação efetiva junto a todas as coordenações de curso e, neste caso a avaliação acontece como um processo de acompanhamento, no qual as coordenações tem liberdade e autonomia para levar à sociedade todos os projetos que incluam atividades com responsabilidade social. O calendário fica a critério de cada colegiado ou coordenação, mas sua execução é constantemente exigida pela direção e a CPA deverá analisar os relatórios de execução de cada atividade como documento descritivo das ações de responsabilidade social, seus objetivos e resultados alcançados. Isso deve reforçar a principal característica da Instituição: o relacionamento com a sociedade através de atividades, projetos e eventos para a inclusão social, desenvolvimento econômico, meio ambiente entre outros.

4.1.4 COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE

Objetivos:

Identificar as formas de aproximação efetiva entre a Instituição e a sociedade, de tal modo que a comunidade participe ativamente da vida acadêmica, bem como a Instituição se comprometa efetivamente com a melhoria das condições de vida da comunidade ao repartir com ela o saber que produz e as informações que detém.

Ações:

O acompanhamento do processo de comunicação social, por parte da CPA deve ser feito através de campanhas de conscientização desde a observação do informativo acadêmico (instrumento mais simples de comunicação interna), normatização da biblioteca, atualização do site/portal e de suas publicações, calendário de eventos até a relação da comunidade acadêmica junto aos documentos oficiais (Regimento Geral, PDI/PPI e PPCs). A CPA deve contemplar também uma análise contínua das relações existentes entre os setores estratégicos da Instituição e os setores de execução. Acompanhar as reuniões semanais entre a Direção Acadêmica e as coordenações, as reuniões entre coordenações e colegiados e as reuniões com a Diretoria Geral. O objetivo de tais reuniões é preservar o fluxo de comunicação uniforme entre os órgãos da Instituição, a fim de manter sua cultura organizacional e sua filosofia.

4.1.5 POLÍTICAS DE PESSOAL, AS CARREIRAS DO CORPO DOCENTE E DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO, SEU APERFEIÇOAMENTO, DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E SUAS CONDIÇÕES DE TRABALHO.

Objetivos:

Explicitar as políticas e os programas de formação, aperfeiçoamento e capacitação do pessoal docente e técnico-administrativo, associando-os a planos de carreira condizentes com a magnitude das tarefas a serem desenvolvidas e com condições objetivas de trabalho do capital humano atuante na Instituição.

Ações:

A CPA deve realizar o acompanhamento das políticas de pessoal, por meio de instrumentos que analisam o desempenho funcional pela auto avaliação dos mesmos e por meio da comunidade acadêmica, que analisa a qualidade dos serviços prestados.

O instrumento deve contemplar aspectos sobre a qualidade do atendimento; o envolvimento e comprometimento com a Instituição; relação interpessoal; qualificação; apresentação pessoal (indumentária, higiene, etc.); relação com a comunidade acadêmica; políticas de incentivo; ambiente (físico) de trabalho; atribuições e responsabilidades, além de monitorar o funcionamento do plano de cargos e salários, seja para os docentes ou técnico-administrativos.

Com os resultados deverão ser elaborados programas de qualificação profissional por meio de planos de desenvolvimento de pessoal, capacitação ou treinamentos específicos, feitos pela própria Instituição (utilizando docentes) ou por meio de convênios com outras Instituições.

4.1.6 ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA INSTITUIÇÃO, ESPECIALMENTE O FUNCIONAMENTO E A REPRESENTATIVIDADE DOS COLEGIADOS, SUA INDEPENDÊNCIA E AUTONOMIA NA RELAÇÃO COM A MANTENEDORA E A PARTICIPAÇÃO DOS SEGMENTOS DA COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA NOS PROCESSOS DECISÓRIOS

Objetivos:

Avaliar os meios de gestão para cumprir os objetivos e projetos institucionais, a qualidade da gestão democrática, em especial nos órgãos colegiados, as relações de poder entre estruturas acadêmicas e administrativas e a participação nas políticas de desenvolvimento e expansão Institucional.

Ações:

Todas as ações, projetos e deliberações das coordenações e seus colegiados devem ser acompanhados constantemente por membros da CPA em suas reuniões.

O Regimento Geral é um documento formal e aplicável em todas as decisões. Este processo permite que a organização e gestão institucional tenham sua autonomia, porém sob um monitoramento constante, a fim de evitar falhas de comunicação e, conseqüentemente, na execução.

O procedimento eficaz para a análise das execuções dos referenciais de poder e autonomia dos colegiados, núcleos de docentes estruturantes, coordenações e todas as relações entre as esferas administrativas e acadêmicas é a efetivação de um instrumento regular da presença da CPA em reuniões de colegiado, reuniões ordinárias a fim de definir propostas de desenvolvimento ou aprimoramento das relações internas e participação democrática dos órgãos colegiados para uma gestão de seus interesses e dos interesses da comunidade acadêmica desde seu PPC até a relação com a alta administração institucional.

4.1.7 INFRAESTRUTURA FÍSICA, ESPECIALMENTE A DE ENSINO E DE PESQUISA, BIBLIOTECA, RECURSOS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Objetivos:

Analisar a infraestrutura física e tecnológica da Instituição, relacionando-a com as atividades acadêmicas de formação, de produção de disseminação de conhecimentos e com as finalidades próprias da Instituição, tendo em vista a definição de processos de redimensionamento.

Ações:

A CPA deve analisar as instalações da Instituição por meio de um instrumento próprio. Este instrumento tem como objetivo analisar se a estrutura física atende as necessidades da Instituição, verificar a manutenção física e limpeza, a estrutura para atendimento aos portadores de necessidades especiais, se o horário de funcionamento dos setores atende às necessidades da sua clientela, avaliar o fluxo de entrada, saída e segurança da Instituição.

A avaliação da estrutura física possibilita verificar necessidades ambientais e aproveitamento do espaço pertencente à Instituição. Os resultados visam adequar a infraestrutura da Instituição em função de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, conservação e limpeza, iluminação, acústica, ventilação e vislumbrarão, além de um melhoramento contínuo, o planejamento de novos espaços, para atender tais necessidades e deficiências.

4.1.8 PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO, ESPECIALMENTE OS PROCESSOS, RESULTADOS E EFICÁCIA DA AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Objetivos:

Analisar o planejamento e a avaliação como instrumentos interligados, e sua inclusão no processo de gestão da educação superior. Esta dimensão consiste na confluência da avaliação como processo que questiona o presente para articular o futuro Institucional a partir da sistematização dados.

Ações:

Baseados no fato de que o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior – SINAES, que visa garantir o processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes, foi instituído a partir do sancionamento da Lei Nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Em consonância com as propostas de

reformas da educação superior e dentro desse contexto, foi elaborado o Projeto de Auto avaliação Institucional desta Instituição.

Neste caso, a avaliação das instituições de educação superior deve identificar o seu perfil e o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando a missão e o plano de desenvolvimento institucional; a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação e a extensão; a responsabilidade social da Instituição; a comunicação com a sociedade; as políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e técnico-administrativo; a organização e gestão da Instituição; a infraestrutura física; planejamento e avaliação; políticas de atendimento a estudantes e egressos e, igualmente, a sustentabilidade financeira. De acordo com a lei, para otimizar a avaliação institucional, foram instituídas, no âmbito do Ministério da Educação e vinculada ao Gabinete do Ministro de Estado, a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES, e, no âmbito de cada Instituição de ensino superior, pública ou privada, a Comissão Própria de Avaliação - CPA.

A CPA deve proporcionar tal relacionamento institucional, transformar a coleta de dados em informações adequadas, levá-las às suas instâncias de responsabilidades, propor ações e cobrar deliberações para que o processo de auto avaliação não seja finito, ou seja, para que ele se mantenha constante e próximo de toda comunidade acadêmica que pretende participar do processo.

Um plano estratégico deve ser contemplado desde as intenções do Regimento Geral, PDI, PPI, PPCs e interesses do corpo diretor, docentes, discentes e técnicos administrativos. Para comungar tais interesses, deve ser exposto, a todos, um fórum de discussão ou reuniões ordinárias com representantes destes interesses, para que as informações tomem formatos qualitativos com metas propostas para a busca de um objetivo comum.

Por meio das diretrizes da CPA pode-se observar a estruturação dos direitos e deveres daqueles que participam do processo avaliativo. Desde a aquisição de dados, a transformação em informações, a qualificação destas informações, as ações propostas, o encaminhamento aos setores responsáveis, a busca pela resposta imediata das deliberações, o cumprimento de prazos e o reinício do processo.

4.1.9 POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES

Objetivos:

Analisar as formas com que os estudantes estão sendo integrados à vida acadêmica e os programas por meio dos quais a Instituição busca atender aos princípios inerentes à qualidade de vida estudantil, com o propósito de adequação e melhoria desta prática na Instituição.

Ações:

A CPA deve participar das decisões institucionais, com o caráter de assessoria, para tanto acompanhar todas as ações de atendimento aos estudantes, sejam ingressos, efetivos ou egressos.

Aspectos como políticas de acesso, seleção ou permanência; políticas de participação dos estudantes em atividades de ensino (estágio e monitoria), Iniciação científica, Extensão, avaliação institucional. Aspectos de análises de dados sobre evasão ou abandono, relação entre professor e estudante e estudante e Instituição como um todo.

A CPA deve também acompanhar o funcionamento do Núcleo de Apoio Psicológico, além de convênios firmados para as potenciais parcerias de estágios.

Ao egresso criar mecanismos de verificação de inserção profissional. Como acompanhamento continuado, a Instituição propõe a atuação ou manutenção do discente junto às instituições conveniadas, para lhes garantir no mercado de trabalho. A proposta de criação do núcleo de pós-graduação, como mecanismo de educação continuada deve dar continuidade ao acompanhamento do egresso, sobretudo, participante contínuo das atividades oferecidas pela Instituição.

Para a Instituição e sua Comissão Própria de Avaliação, é importante monitorar seus egressos e manter-se à disposição dos mesmos.

4.1.10 SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA, TENDO EM VISTA O SIGNIFICADO SOCIAL DA CONTINUIDADE DOS COMPROMISSOS NA OFERTA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR**Objetivos:**

Avaliar a capacidade de gestão e administração do orçamento e as políticas e estratégias de gestão, a eficácia na utilização e na obtenção de recursos financeiros necessários no cumprimento das metas e prioridades estabelecidas.

Ações:

A CPA deve participar de reuniões com a diretoria para delinear os procedimentos a serem adotados e as informações pertinentes à dimensão enfocada, preparando a organização e a distribuição das tarefas sempre com base nas exigências e necessidades da comunidade

acadêmica quando se referem a utilização de recursos financeiros sejam na atividade de ensino, pesquisa e extensão.

5 POLÍTICA DE UTILIZAÇÃO DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO

Os processos avaliativos internos servem como subsídios para o redirecionamento das ações e formulação de políticas, tanto para a gestão própria da Instituição como para as políticas públicas de educação superior.

Dessa forma a CPA apresenta o documento final de avaliação para as análises dos resultados e sugestões, estabelecimento de metas, encaminhamento à direção e procedimentos necessários.

As informações que o processo de avaliação disponibiliza conduzem o planejamento das ações destinadas à superação dos aspectos negativos detectados e ao fortalecimento do objetivo. Desta maneira os autores do processo priorizam ações de curto e médio prazo, estabelecendo, de modo compartilhado, etapas para alcançar desde as metas mais simples às mais complexas.

Quando o processo de avaliação é definido para neutralizar os pontos negativos e enfatizar os pontos positivos, a Instituição percebe maiores oportunidades de enriquecer suas ações pedagógicas, pois isso permite não só o autoconhecimento da institucional e o balizamento para a avaliação externa prevista pelo SINAES, mas também as diretrizes para os novos objetivos e a criação de novas políticas de qualidade.

Na política de utilização dos resultados das avaliações, a Instituição pretende a busca permanente da melhoria e renovações constantes, articuladas a um conjunto de aspectos básicos da competência da Instituição, construindo e consolidando fortemente o sistema de avaliação da Instituição.

6 A RELAÇÃO COM PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

6.1 POLÍTICA DE ENSINO

A Instituição reúne sua equipe de dirigentes (diretoria e coordenação de cursos) e os professores inicialmente selecionados para implantar os cursos de graduação pleiteados no seu PDI e definiu as diretrizes pedagógicas básicas, que servirão de bússola para as diretrizes de cada curso, em seu projeto pedagógico próprio. Os cursos de graduação devem ser implementados com base nas seguintes diretrizes gerais:

- Metodologias de ensino que promovam o desenvolvimento de competências e habilidades requeridas na formação integral do educando e na sua formação para o trabalho, nas diversas carreiras de nível superior;

- Planos de ensino que propiciem a integração, simultânea, entre teoria e prática;
- Avaliação formativa e continuada da aprendizagem, minimizando as avaliações quantitativas centradas meramente na acumulação de informações de cunho teórico-doutrinário;
- O educando como centro do processo pedagógico, mediante a assistência e atendimento em todos os momentos de sua vida acadêmica, ao lado da oferta de ensino de qualidade, apoiado em um corpo de professores qualificados e em recursos metodológicos, bibliográficos e tecnológicos adequados;
- Sistema organizacional que respeite as individualidades e harmonize a convivência acadêmica, em todos os níveis e categorias;
- Integração do educando à comunidade social, por meio de programas e ações de iniciação científica e extensão, em parceria com organizações, empresas e instituições governamentais ou particulares;
- Convênios interinstitucionais para viabilizar a troca de experiências e de informações entre a comunidade acadêmica da Instituição, a comunidade local e regional e organizações brasileiras e estrangeiras.

6.2 PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO

O Programa de Avaliação Institucional é baseado no Manual de Avaliação Institucional editado pelo INEP. Esta opção visa a facilitar que possíveis incorreções no processo de auto avaliação e/ou nas avaliações promovidas pelo INEP sejam detectadas com a maior brevidade possível, podendo, com isso, serem também prontamente diagnosticadas e sanadas.

Os parâmetros serão estabelecidos pelo colegiado superior da Instituição, após amplo debate com a comunidade acadêmica (alunos, professores e funcionários).

Os resultados das avaliações serão publicados periodicamente de acordo com o calendário aprovado pela Diretoria da Instituição.

A CPA desenvolverá suas atividades com apoio operacional da Diretoria e a participação dos membros da comunidade acadêmica (alunos, professores e pessoal técnico-administrativo), seus dirigentes e egressos.

A CPA deverá especialmente:

- Implantar e alimentar um banco de dados institucional, estabelecendo os indicadores a serem utilizados no processo de auto avaliação.

- Analisar o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI e sua adequação ao contexto da Instituição, no que diz respeito à missão institucional, à concepção que fundamenta os cursos, aos currículos, além da factibilidade do que foi projetado em termos de crescimento quantitativo e qualitativo, considerando a evolução ocorrida desde o credenciamento.
- Avaliar como se deu o processo de implantação proposto para efeito de credenciamento da Instituição, qual o nível de cumprimento das metas estabelecidas, ano a ano, quais as principais distorções que dificultaram o atingimento das metas pretendidas.
- Analisar os resultados de processos avaliativos realizados pelo MEC, como o ENADE, os resultados das Avaliações das Condições de Oferta (SERES) e das Avaliações das Condições de Ensino (INEP) nos cursos de graduação.

Serão avaliados, periodicamente:

- Organização institucional: funcionamento efetivo da estrutura administrativa, da estrutura acadêmica, dos órgãos colegiados e das coordenações de curso;
- Graduação: ensino e atividades complementares ao ensino (atendimento a alunos, visitas a empresas, estágios, monografias, trabalhos de conclusão de disciplinas ou de curso, etc.), interdisciplinaridade, projetos integrados, etc.;
- Pós-graduação: cursos de pós-graduação lato e stricto sensu (se oferecidos) e sua integração com as práticas investigativas e com a graduação;
- Pesquisa ou práticas investigativas: projetos em desenvolvimento, participação de docentes e discentes;
- Extensão: tipos de atividades (cursos, projetos assistenciais, prestação de serviços, assistência técnica), participação de docentes e discentes, público-alvo;
- Corpo discente: assistência ao estudante, política estudantil, diretórios e acompanhamento de egressos;
- Corpo docente: formação, regime de trabalho, tempo de trabalho na Instituição, produção pedagógica, científica, intelectual, técnica, cultural e artística, atividades de gestão e atividades acadêmicas desenvolvidas (ensino, pesquisa ou práticas de investigação, extensão);

- Instalações: salas de aula, salas especiais, laboratórios, instalações administrativas e para as coordenações de cursos, salas de reuniões, salas para docentes (inclusive gabinetes de estudo), auditórios ou salas de conferência, acesso para portadores de necessidades especiais, instalações sanitárias, condições de salubridade (iluminação, ventilação, acústica), condições de conservação e limpeza, equipamentos adequados e suficientes (audiovisuais, multimídia, laboratórios de informática, outros);
- Biblioteca: instalações físicas (para o acervo, para estudo individual, para trabalho de grupo), horário de funcionamento, pessoal técnico e de apoio, serviço de consulta e de empréstimos, acervo (livros, periódicos, vídeos, mídias digitais, etc.), acesso ao acervo, às bases de dados, à Internet, política de aquisição e de expansão, informatização;
- Laboratórios: quantidade e qualidade (condições físicas, equipamentos, software, material de consumo, lâminas, vidrarias, reagentes) e sua efetiva utilização pelos professores e alunos, pessoal técnico suficiente e com formação adequada;
- Pessoal técnico-administrativo: adequado, em número e em qualificação, à atividade administrativa e acadêmica da Instituição;
- Egressos: cadastramento e acompanhamento dos egressos, a partir da diplomação da primeira turma da Instituição; remessa periódica de questionários sobre atividades profissionais, participação em programas de educação continuada, participação no processo de avaliação externa da Instituição.

7 DESCRIÇÃO DOS INSTRUMENTOS UTILIZADOS

7.1 PESQUISA SOCIOCULTURAL

Justificativa:

A partir da necessidade de analisar o perfil e estabelecer a realidade dos estudantes da Instituição, a implementação da pesquisa sociocultural no processo de auto avaliação se faz presente e contínua.

Objetivos:

Obter uma visão geral dos acadêmicos em diversos momentos de sua formação, confrontar os objetivos gerais da Instituição, sua missão e suas metas às condições dos estudantes.

Metodologia:

Os questionários podem ser aplicados junto ao processo seletivo e no momento das matrículas e rematrículas compondo um banco de dados para a secretaria acadêmica e diretoria acadêmica.

Resultados:

Os resultados que irão orientar a formação do perfil discente da Instituição são compostos por dados que geram representações quantitativas e qualitativas acerca do cruzamento de tais informações.

7.2 PESQUISA DO EGRESSO**Justificativa:**

Na intenção de evoluir no seu processo ensino-aprendizagem, o acompanhamento dos egressos da Instituição é importante instrumento para proporcionar informações de melhorias e inovações, visto que, a formação profissional se adequa às realidades e necessidades do mercado.

Objetivos:

Buscar o progresso das competências da Instituição, mantendo um canal de comunicação aberto com os egressos, na intenção de criar fontes de informações sobre o ambiente externo, suas oportunidades e ameaças, a fim de fortalecer as habilidades da Instituição.

Metodologia:

O processo de avaliação por meio dos egressos da Instituição ainda é um processo facilitado, pois, pelo fato de ser jovem, a Instituição não possui alunos matriculados e/ou formados.

Resultados:

Os resultados colhidos permitem que suas análises (quantitativa e qualitativa) amplie o relacionamento entre a Instituição e o egresso, como um importante instrumento de melhoria dos serviços prestados pela Instituição de Ensino Superior.

7.3 PESQUISA DISCENTE PELO DOCENTE**Justificativa:**

Este instrumento se justifica pela necessidade de avaliação do perfil do estudante, analisado a partir da visão do docente, a fim de comparação de dados com a avaliação sociocultural e a aferição de conhecimentos mensais dentro de sala de aula.

Objetivos:

Gerar dados sobre o comportamento dos discentes, suas forças e deficiências; seu aproveitamento e rendimento. Analisar de maneira particular e grupal a relação discente e projetos pedagógicos, vocação e inserção no mercado, discutindo qual o papel da Instituição nesta abordagem.

Metodologia:

Este processo avaliativo acontece com a periodicidade semestral, no qual os docentes se deparam com discussões pertinentes acerca de seus alunos, suas turmas e respectivos rendimentos, traçando, portanto este perfil no que a Instituição denomina de encontro pedagógico.

Resultados:

Os resultados, exclusivamente, quantitativos expressam o perfil analisado pelos docentes, dos discentes que se encontram em contato semanalmente. Tais resultados influenciam pontualmente na evolução da estrutura pedagógica da Instituição.

7.4 PESQUISA DOCENTE PELO DISCENTE**Justificativa:**

A avaliação do docente por meio das informações colhidas no meio discente se justifica pela necessidade de envolver a comunidade acadêmica na análise do desempenho dos profissionais envolvidos no processo de ensino-aprendizagem. Expondo sua visão crítica e impessoal de tais profissionais e sua prestação de serviço.

Objetivos:

Reconhecer, a partir da visão discente, o trabalho desenvolvido pelos docentes no seu ambiente. Dar voz ao corpo principal da Instituição e analisar a partir daí suas necessidades e especificidades no que se refere ao aproveitamento da metodologia aplicada, resultados e

rendimentos mediante processos de aferição do conhecimento utilizada pelo docente, verificar a relação de compromisso entre discente, docente e Instituição.

Metodologia:

A metodologia utilizada para avaliar o corpo docente por meio do ponto de vista discente é a de uma avaliação semestral realizada em sala de aula, sob gerenciamento, acompanhamento e compilação de dados da CPA.

Resultados:

Os resultados são discutidos entre a coordenação de curso e cada docente individualmente, a fim de evitar constrangimentos. Neste momento o professor passa a assumir um compromisso com a Instituição, mediante os resultados. Compromisso este que poderá ser o de manter, ou melhorar sua didática, comportamento e/ou metodologias de ensino.

7.5 PESQUISA SOBRE O COORDENADOR DE CURSO

Justificativa:

O coordenador é o gestor imediato dos procedimentos rotineiros do curso. Além de responsável pelo planejamento e execução do Projeto Pedagógico do Curso. Por estes motivos sua avaliação é cautelosa e de suma importância para o andamento perfeito do curso.

Objetivos:

Adequar as atividades do coordenador aos objetivos e missão do projeto pedagógico do curso a partir dos resultados obtidos nos instrumentos avaliativos. Identificar sua liderança perante o corpo docente e discente. Analisar o relacionamento e comprometimento do coordenador com suas atribuições.

Metodologia:

A metodologia utilizada para avaliar o coordenador por meio do ponto de vista docente e discente é a de uma avaliação semestral realizada em sala de aula, sob gerenciamento, acompanhamento e compilação de dados da CPA.

Resultados:

Os resultados são difundidos pela direção acadêmica a cada coordenador individualmente, a fim de evitar constrangimentos. Neste momento o coordenador passa a assumir um compromisso com a Instituição, mediante os resultados. Compromisso este que poderá ser o de manter, ou melhorar sua liderança, comportamento e/ou gestão.

7.6 PESQUISA SOBRE A ESTRUTURA FÍSICA

Justificativa:

O sucesso do processo ensino-aprendizagem depende também do ambiente físico em que discentes, docentes, colaboradores estão inseridos. Para tornar este ambiente agradável e condizente com os objetivos de um melhor processo didático, a CPA da Instituição realiza, entre seus instrumentos, a avaliação de tal ambiente a fim de torná-lo capaz de satisfazer todas as suas necessidades inerentes.

Objetivos:

Analisar se a estrutura física atende as necessidades da Instituição, verificar a manutenção física e limpeza, a estrutura para atendimento aos portadores de deficiência, se o horário de funcionamento dos setores atende às necessidades da sua clientela, avaliar o fluxo de entrada, saída e segurança da Instituição.

Metodologia:

Aplicação de um questionário a todos os alunos, professores e colaboradores da Instituição, analisando como estrutura física desde a entrada, limpeza, manutenção do prédio e a necessidade de sua ampliação.

Resultados:

A auto avaliação da estrutura física possibilita verificar necessidades ambientais e aproveitamento do espaço pertencente a Instituição. Tais resultados podem apontar para a necessidade de novos campi, a fim de atender necessidades e deficiências.

7.7 PESQUISA SOBRE A ESTRUTURA PEDAGÓGICA

Justificativa:

A Instituição possui claramente expostos seus objetivos e metas no que se refere ao gerenciamento de suas atividades de ensino. O procedimento de auto avaliação da estrutura pedagógica se justifica pela necessidade de analisar se tais objetivo e metas institucionais

estão sendo efetivados na rotina de todos os setores acadêmicos envolvidos no processo estrutural de ensino-aprendizagem.

Objetivos:

Analisar a interação entre ensino, pesquisa e extensão; incentivo à participação de alunos em projetos de pesquisa e de extensão; articulação com as escolas de ensino fundamental e médio; a existência de um calendário de realização de reuniões e/ou encontros pedagógicos; a atualização sistemática dos conteúdos programáticos das disciplinas; e uma política de atualização profissional do corpo docente e corpo técnico-administrativo.

Metodologia:

São aplicados questionários aos alunos, professores, coordenadores e diretores, abordando pontos que possam cumprir com os objetivos específicos de maneira quantitativa e qualitativa.

Resultados:

Os resultados expressados nos instrumentos mostram as necessidades de aperfeiçoamento contínuo nos procedimentos e estratégias criadas pelo projeto pedagógico da Instituição.

7.8 PESQUISA SOBRE COLABORADORES

Justificativa:

Tal instrumento de avaliação é motivado pela intenção de melhoria na prestação de serviços oferecidos pela Instituição aos seus discentes e docentes na busca da excelência.

Objetivos:

Analisar o nível de satisfação e a qualidade do atendimento dos colaboradores da Instituição, assim como avaliar o nível de envolvimento e comprometimento dos colaboradores; o setor em que os colaboradores são mais atuantes e os menos atuantes; quais aspectos os colaboradores da Instituição devem melhorar; e atendimento da Direção Acadêmica.

Metodologia:

São aplicados questionários aos alunos e professores abordando pontos que possam analisar a qualidade dos serviços prestados com abordagens quantitativas e qualitativas.

Resultados:

Rua Nelson Aparecido Fragnan, s/nº, Jardim Universitário – Juara - Mato Grosso, CEP 78.575-000
www.ajes.edu.br -

Os resultados alcançados com os instrumentos de avaliação dos colaboradores são analisados pela Administração da Instituição que, por sua vez, cria estratégias para melhoramento, capacitações e/ou correções das ações executadas na prestação dos serviços.

7.9 PESQUISA SOBRE A ESTRUTURA DOS CURSOS

Justificativa:

Para o bom andamento dos cursos oferecidos pela Instituição são necessárias estruturas de funcionamento que envolvem aspectos acadêmicos e físicos, por isso a necessidade de avaliar quais critérios a Instituição leva em consideração para a efetividade de tais pontos e a visão dos envolvidos no processo.

Objetivos:

Avaliar se o curso atende as demandas do mercado de Juara e região; se as disciplinas têm contribuído para: Formação técnica, Formação cidadã, Compreensão crítica da sociedade e Acesso ao conhecimento científico atualizado. Se a matriz curricular proporciona a formação do perfil profissional proposto pelo curso, se as disciplinas fazem articulação com projetos/atividades de extensão, se as disciplinas fazem articulação com projetos/atividades de pesquisa, se as disciplinas fazem articulação com as demais disciplinas do Curso e a avaliação quanto à estrutura física da IES para os respectivos cursos, além de Laboratórios, Biblioteca, Salas de aula e Recursos áudios-visuais.

Metodologia:

O questionário de avaliação é aplicado aos professores, coordenadores e diretores e compreende resultados que podem ser utilizados pelas coordenações e diretorias, além da Diretoria Geral da Instituição na intenção de buscar continuamente melhorias nos aspectos que são bases de sustentação dos cursos. A metodologia aplicada busca também levantamentos qualitativos.

Resultados:

Os resultados são analisados pelos órgãos da Instituição e serão comparados a avaliações futuras, na constatação do processo evolutivo deste instrumento.

7.10 PESQUISA SOBRE A BIBLIOTECA

Justificativa:

Rua Nelson Aparecido Fragnan, s/nº, Jardim Universitário – Juara - Mato Grosso, CEP 78.575-000
www.ajes.edu.br -

Na intenção de aperfeiçoar tanto a prestação de serviços como a estrutura da biblioteca, tal instrumento se justifica pela necessidade de proporcionar à toda comunidade da Instituição um acervo atualizado e variado concomitante com atendimento especializado e organizado, aliado a uma estrutura física capaz de atender as necessidades e proporcionar um ambiente agradável para a assimilação do conhecimento.

Objetivos:

Avaliar se a atual estrutura física da biblioteca atende as necessidades da Instituição; a manutenção e atualização dos materiais utilizados na biblioteca; a limpeza da biblioteca; se a biblioteca da Instituição possui estrutura para atendimento aos alunos portadores de deficiência física; se o horário de funcionamento da biblioteca da Instituição atende às necessidades dos alunos; avaliar as normas internas da biblioteca; avaliar a atualização dos títulos; avaliar a quantidade de títulos por alunos; avaliar os colaboradores responsáveis pela biblioteca.

Metodologia:

O questionamento avaliativo é realizado no ambiente da biblioteca a fim de contemplar seus usuários e estar cientes de suas necessidades em relação à biblioteca. Os frequentadores podem expor de maneira quantitativa e qualitativa seus anseios em relação ao atendimento e estrutura da biblioteca.

Resultados:

Os resultados são analisados juntamente com as coordenações de cursos a fim de desenvolver melhorias e atualizações dos títulos e juntamente com a direção administrativa com trabalhar por melhorias na estrutura física e atendimento aos usuários.

7.11 PESQUISA SOBRE OS LABORATÓRIOS**Justificativa:**

Os cursos ofertados pela Instituição requerem laboratórios para a execução das práticas, estudos e pesquisas. A Instituição oferece estrutura suficiente para essa execução. Na intenção de estudar melhorias e manutenção da qualidade de estudos nesses ambientes a avaliação dos laboratórios se faz necessária, importante e necessariamente contínua.

Objetivos:

A avaliação dos laboratórios analisa se a atual estrutura dos laboratórios atende as necessidades da Instituição; observa a manutenção e atualização dos materiais utilizados nos laboratórios, a limpeza dos laboratórios, o horário de funcionamento, as necessidades específicas dos cursos, quando aplicável; avalia as normas internas dos laboratórios; e os colaboradores responsáveis.

Metodologia:

O questionário é realizado no ambiente dos laboratórios a fim de contemplar seus usuários e estar cientes de suas necessidades em relação à estrutura e instrumentos. Os frequentadores também podem expor de maneira quantitativa e qualitativa seus anseios em relação ao atendimento e manutenção dos laboratórios.

Resultados:

A análise dos resultados é feita por uma comissão responsável pela manutenção e atualização dos laboratórios, aliadas ao estudo dos interesses e necessidades das coordenações dos cursos, a fim de desenvolver melhorias e atualizações constantes, resultados estes que são levadas a direção administrativa para decisões de compras e aquisições de materiais. Além da observação da estrutura física e atendimento aos usuários.

7.12 AUTOAVALIAÇÃO DOCENTE

Justificativa:

O docente é peça importante no processo de ensino-aprendizagem, além de mediador e regulador dos instrumentos pedagógicos da Instituição. A sua auto avaliação se justifica pela necessidade de analisar o nível de conscientização de suas atividades e metodologias dentro do ambiente didático e servir como parâmetro da avaliação de docentes pelos discentes.

Objetivos:

O objetivo básico desta avaliação é a autoanálise do docente em relação a apresentação de Plano de Curso da disciplina no início do período letivo; Esclarecimento do significado e a importância da disciplina para o curso; como evidencia domínio do conteúdo da disciplina que ministra; se demonstra clareza, organização e sequência lógica nos conteúdos ministrados; se

faz uso de linguagem acessível aos alunos para melhorar a compreensão do conteúdo; se dinamiza a aula, promovendo atividades que estimulam a participação dos alunos (por exemplo: expressão oral, escrita, gráfica); se orienta com clareza os trabalhos solicitados; se estabelece a relação teoria e prática, respeitadas as especificidades da disciplina; se relaciona os conhecimentos da disciplina aos do curso e à formação profissional; se incentiva a autonomia intelectual dos alunos; se cumpre o programa da disciplina conforme o estabelecido no Plano de Curso; se estabelece um bom relacionamento acadêmico com os alunos; se trabalha com respeito, eventuais limitações ou insucessos do aluno; se é pontual no início e término do período das aulas que ministra; se é assíduo às aulas; se estabelece, de forma clara, os critérios de avaliação da disciplina; se utiliza práticas avaliativas que valorizam a reflexão e a solução de problemas mais do que a memorização de dados e fatos; se utiliza instrumentos de avaliação compatíveis com os objetivos e os conteúdos ministrados; se faz análise dos resultados da avaliação (revisão automática) como oportunidade da aprendizagem e de retomada dos conteúdos.

Metodologia:

O questionário é entregue a cada docente e este instrumento necessita de colaboração qualitativa e quantitativa.

Resultados:

Os resultados são restritos a cada coordenação de curso e à direção acadêmica da Instituição.

7.13 PESQUISA DA INSTITUIÇÃO PELO COLABORADOR**Justificativa:**

O colaborador faz parte do processo administrativo das instituições e responsável pela eficiência e eficácia das ações. Por estes motivos, tal personagem técnico-operacional precisa se sentir aceito, reconhecido e satisfeito com o ambiente de trabalho que está inserido. Tal avaliação se justifica na intenção de tornar mais agradável o ambiente de trabalho para estes colaboradores a fim de refletir na prestação de serviços ao público da Instituição.

Objetivos:

A avaliação da Instituição pelos colaboradores tem como objetivos a auto avaliação de tais colaboradores no que se refere a qualidade do seu atendimento na Instituição; e o nível de envolvimento e comprometimento na Instituição. No aspecto Instituição, quais aspectos da

Instituição devem melhorar; as políticas de incentivos por parte da Direção; os programas de capacitação, treinamento e aperfeiçoamento que a Instituição oferece; quanto às instalações físicas e ambientes de trabalho; quanto ao relacionamento com seus colegas de trabalho (clima organizacional); quanto ao relacionamento com seu superior; quanto ao relacionamento com a direção geral e/ou mantenedora; se as atribuições estão totalmente relacionadas com sua função; se realiza as ações de acordo com a missão divulgada.

Metodologia:

O questionário é entregue aos colaboradores de todos os níveis hierárquicos e estes levantarão os aspectos de satisfação profissional nos parâmetros quantitativos e qualitativos.

Resultados:

Os resultados são analisados pela administração da Instituição juntamente com os chefes de setores e mantenedora, a fim de usar tais resultados na elaboração do planejamento estratégico da Instituição.

7.14 FÓRUM DE AUTOAVALIAÇÃO**Justificativa:**

O Fórum de Avaliação da Instituição é um evento que reúne todos os principais envolvidos no processo de avaliação assim como representantes de todas as classes acadêmicas da Instituição. Líderes de turma, chefes de setores, representantes dos docentes, diretores, membros da CPA

e membros da sociedade civil. Tal evento se justifica pela necessidade de tornar públicas as ações da comissão própria de avaliação da Instituição e a confecção de um plano estratégico para a melhoria da Instituição.

Objetivos:

Analisar os resultados das avaliações realizadas pela CPA e traçar, a partir daí, as ações e as estratégias como fontes de um plano de ação a ser efetivado pela direção Geral.

Metodologia:

O Fórum de Avaliação da Instituição tem como metodologia a reunião de todos os envolvidos com as avaliações da Instituição. Posteriormente os participantes são divididos em grupos responsáveis pela análises de determinadas avaliações. Tais grupos são responsáveis por

traçarem as ações a serem realizadas de acordo com os resultados e a forma de pô-las em prática através da formulação das estratégias.

Resultados:

Os resultados são expressos em documento de compromisso com a Direção Geral e Mantenedora.

8 CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES PLANEJADAS A PARTIR DAS 10 DIMENSÕES PARA O PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO

AÇÕES	2014									2015						2016						
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	
ETAPA 1 - SENSIBILIZAÇÃO, PREPARAÇÃO E DIVULGAÇÃO	X	X																				
ETAPA 2 – DESENVOLVIMENTO		X	X	X	X	X	X	X	X													
ETAPA 3 – AUTOAVALIAÇÃO			X			X				X	X											
ETAPA 4 - CONSOLIDAÇÃO DO RELATÓRIO GLOBAL DE AUTOAVALIAÇÃO													X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
ETAPA 5 - PROPOSIÇÃO										X	X	X	X	X								

S E MEDIDAS																				
PARA																				
CORREÇÃO																				
DE RUMOS																				
DA																				
INSTITUIÇÃO																				